



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

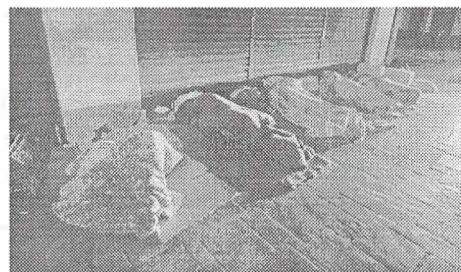
ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XV - Nº 287 - DE 30 DE AGOSTO A 13 DE SETEMBRO DE 2004 - R\$ 1,50

Nas eleições municipais de outubro de 2004, VOTO NULO PROGRAMÁTICO

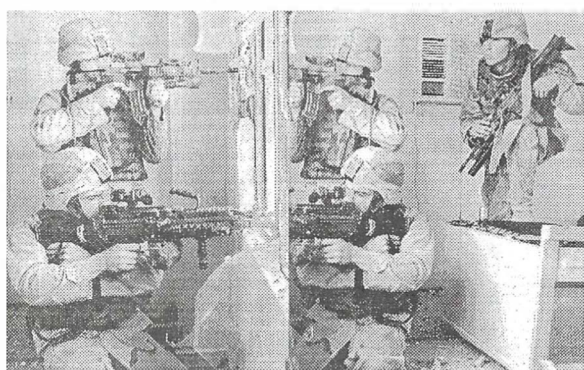
**A barbárie capitalista assassina
moradores de rua em São Paulo**



A greve do Judiciário só vence se avançar na luta

**Prosseguem as lutas do funcionalismo:
Por um comando nacional unificado, eleito
nas assembléias de base, para ter pauta,
negociação e ações conjuntas e que chame
a unidade com o movimento operário**

Venezuela: o golpismo imperialista foi circunstancialmente derrotado



**Resistência no Iraque avança
contra o governo fantoche, a lei de
segurança e as tropas de ocupação**

Argentina: piqueteiros na mira do governo

Denúncias do capitalismo

Publicamos o Manifesto da Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc). Consideramos necessário fazer uma campanha contra as chacinas dos moradores de rua. Não se trata de um acontecimento novo. De quando em quando, mandantes burgueses contratam matadores para fazer "limpeza" dos pobres miseráveis que vivem no relento. Lembramos aqui os assassinatos de meninos de rua na Candelária (RJ). Os matadores eram policiais. Praticamente em todos os atos de barbárie desse tipo está presente a mão do Estado.

A ampliação dos pobres de rua é um sintoma de que o capitalismo não pode manter a maioria trabalhadora nas condições de emprego e salário que evitem a desintegração social. Os assassinatos, por sua vez, completam a barbárie da sociedade de classe. A denúncia e as campanhas pela punição devem fazer parte da luta dos trabalhadores e da juventude para sepultar o capitalismo apodrecido.

Barrar imediatamente o plano de extermínio dos moradores de rua e punir os assassinos

Os moradores de rua convivem diariamente com a violência. Ora são agredidos por policiais, ora por seguranças de comerciantes, ora por grupos do tipo Skinhead e ora pelos próprios companheiros na disputa pela sobrevivência. Mas, no dia 19 de agosto, seis foram assassinados por meio de golpes na cabeça e outros, gravemente ferimentos. Chama a atenção o requinte de crueldade como foram

mortos. Os assassinos utilizaram marretas, tacos e cassetes. Depois desse dia, os ataques contra os moradores de rua não pararam. Está se configurando um movimento de extermínio.

Esse acontecimento trouxe à tona a miséria, o desemprego e o crescimento do contingente de mendigos, que perambulam pelo centro da capital. O governo do Estado (PSDB) responsabiliza a prefeitura (PT) e os politiqueiros usam o fato para a demagogia eleitoral. Por fim, apresentaram como solução a abertura de mais vagas nos albergues, bilhete único com crédito de R\$51,00 para participar de "palestras de orientação com psicólogos, 500 vagas em frentes de trabalho e salário mínimo por no máximo nove meses para se integrarem nos programas de capacitação. Trata-se de um pacote de esmolas para uma população excluída de sua principal fonte de sobrevivência que é o trabalho e o salário compatível com as necessidades de uma família.

A cada ano vem crescendo a população de rua. Dados indicam que, no início dos anos 90, os moradores de praças e viadutos eram de 3.392. Em 1998, esse número dobrou. E, em 2003, já eram 10.394, conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Certamente, há muito mais, porque uma parte se recusa e se esconde para não prestar informações sobre suas vidas. Observemos que essa elevação se deu e se dá exatamente no momento em que há destruição de milhões de postos de trabalho, desemprego massivo, salário mínimo de fome e expulsão de camponeses das terras.

Os dez anos de aplicação das medidas neoliberais são responsáveis pelo fechamento de fábricas, demissões, cortes de recursos aos investimentos sociais, como saúde, educação e moradia. Não por acaso, as favelas estão por todos os lados, os cortiços incham e o número de sem-teto se torna cada vez mai-



or. Mas, os moradores de rua foram alijados das favelas, dos cortiços e tornam uma massa anônima que vive do trabalho de catador de lixo e outros pequenos serviços, que dependem do centro da cidade. Por isso, são moradores do centro.

É verdade que uma parte dos moradores de rua efetua pequenos roubos, vive alcoolizados e já não responde com as faculdades físi-

co-mentais. A vida subhumana transformou e transforma esses seres em quase animais, que dormem e se escondem embrulhados no papelão e nos cobertores esfarrapados. Mas, o fundamental é que são vítimas de um sistema econômico em decomposição. São as vítimas que a sociedade capitalista não pode mais acobertar. Um sistema de exploração do trabalho, que se decompõe, traz à luz do dia suas contradições: cresce a desigualdade social, a violência sobre a maioria explorada e todos os males de sua sociedade em putrefação, entre eles a desagregação das famílias, a marginalização, a formação de grupos neonazistas, prostituição etc.

O assistencialismo, para uma ultra-minoria, não resolve o problema que tem como raiz o sistema econômico vigente e a política governamental de submissão aos planos das potências imperialistas. Pouco vale o aumento dos albergues, o vale-transporte, o emprego temporário e o salário mínimo, se o governo está obrigado a selecionar 500 e excluir quase 10 mil. Pouco vale os "programas de capacitação" se o governo não assegura o emprego a todos. A tendência é crescer o número de moradores de rua. Está aí por que as medidas assistencialistas resultam em demagogia, particularmente no momento em que explode uma chacina como essa do Centro de São Paulo.

A população trabalhadora não pode permanecer calada diante de tamanha violência contra os moradores de rua. Responsabilizamos as autoridades por esses crimes e exigimos punição imediata. Mas esse acontecimento nos alerta para a constituição de um Tribunal Popular constituído pelos representantes dos movimentos sociais, independente do Estado e de toda politicagem, que usa a tragédia para seus fins particulares.

A violência contra os chamados “Moradores de rua”

“A classe dominante (burguesia) e seus sacristãos querem nos fazer acreditar que a violência é uma postura satânica e que somente a utilizam os que vivem na etapa do selvagerismo, os criminosos ou dementes” Guilherme Lora – Obras Completas

O capitalismo em decomposição tem jogado milhões de trabalhadores nas ruas, suas vidas são destruídas em favor dos grandes lucros bancários e das empresas.

Há alguns dias, assistimos a uma grande chacina do capital, e uma grande propaganda da burguesia, por parte de sua imprensa e de seus ideólogos, de que os desprovidos da vida são atacados em sua “dignidade” pelos satânicos e pelos criminosos que não se dão conta de que a vida tem um “valor”.

Não sabemos muito bem que significado tem para esses burgueses o valor da vida. O que sabemos é que os moradores de rua são para o capitalismo a mercadoria que não serve mais, estão já sem vida vivendo nas ruas.

As chacinas são comuns nos bairros operários, são centenas de jovens mortos e que sempre estão, segundo a burguesia, relacionadas ao narcotráfico. A imprensa burguesa não dá nenhum destaque, os jovens são chacinados, por motivos banais, geralmente por seguranças contratados pelos grandes e pequenos supermercados ou lojistas que, por que fazem pequenos furtos, dão prejuízos.

Por que a chacina chega ao centro da cidade?

A burguesia paulistana tem feito grandes reformas, gastando enormes quantias de dinheiro para reformar os prédios antigos e deixar o centro da cidade com uma visão bonita e confortável para eles os burgueses, porém se deparam com a miséria dos trabalhado-

Quem matou os moradores de rua?

Suspeita-se que os matadores dos moradores de rua sejam da polícia. O fato da polícia federal pretender tomar a frente das investigações mostra o acobertamento das corporações policiais do estado de São Paulo. A população tem de se mobilizar para que as atrocidades cometidas na calada da noite não passem em branco. Esses assassinatos foram planejados. São medidas de extermínio e de terror sobre as pobres criaturas que vivem de migalhas nas ruas. A “limpeza” do centro da cidade, sem dúvida, corresponde aos interesses dos comerciantes e daqueles que julgam os moradores de rua como lixo humano, imersos no álcool, voltados ao roubo e envoltos na promiscuidade.

Essas figuras esfarrapadas e fétidas já não são consideradas humanas. Para os matadores, devem ser removidas definitivamente da existência, para que deixem de fazer das calçadas e marquises albergues. O comércio funcionará melhor sem eles. Os becos e escadas não mais federão a urina. E bolsas e carteiras estarão mais seguras. Assim, os matadores, para não quebrarem o silêncio da madrugada com tiros e para não correrem risco, usaram marretas e porretes para esfregar o crânio de vários moradores de rua. Estes sofreram os golpes mortais enquanto dormiam, embrulhados em velhos cobertores. Barbárie e covardia dos mandantes e matadores!

Essas são as cenas descritas pelos jornais. Cenas que imediatamente imaginamos quando recebemos a notícia de que moradores de rua foram assassinados com marretas e porretes. A crueldade é assombrosa, mas não devemos permanecer nos seus efeitos dramáticos. Não é de hoje que se pratica genocídios nas ruas das metrópoles contra sem-tetos, mendigos e trabalhadores que vivem da cata de entulhos.

Lembremos a chacina dos meninos da Candelária no Rio de Janeiro e o massacre do Carandiru. Essa mortandade é o elo de uma

res imposta por eles mesmo, são obrigados a estar em seus luxuosos restaurantes, e presenciar a miséria.

A Chacina, solução da burguesia

Nestes últimos meses a burguesia tratou de limpar, com a ajuda dos governos Estadual e municipal, os ambulantes, os perueiros, os moradores que ocupavam os prédios públicos, jogando-os na rua. Agora, resta limpar as ruas.

As lutas por salários são duramente reprimidas e, nas ocupações de terra, as lideranças presas ou mortas; o funcionalismo está sendo atacado duramente em suas condições de salários, emprego e moradia. A violência capitalista se expressa todos os dias contra os trabalhadores. Porém, eles ainda necessitam das chacinas.

Os trabalhadores procuram resolver a questão através das ocupações dos prédios, da luta por salário e por emprego.

A pequena burguesia e os padres ficam indignados e apresentam soluções como, cooperativas de catadores lixo, ou apontam novas leis que não muda em nada ou aumentam a repressão, como no caso da Lei de Federalização dos crimes contra a humanidade. Isso não é solução para o problema da miséria.

Para que os trabalhadores deixem de viver nas ruas, tenham uma vida de fato, é necessário a destruição do sistema capitalista e de todos aqueles que o sustentam, é necessário a construção do Partido Operário Revolucionário.

cadeia que mata milhares de jovens, crianças e adultos que são eliminados anualmente nos bairros operários, favelas e cortiços. A morte pelo extermínio é um fenômeno social do sistema capitalista em decomposição. Esse é o ponto que deve ser visto e combatido. De nada adianta reclamar da inumanidade dos assassinatos. De nada adiantam rezas e lamentações. De nada adianta pedir aos governos mais ajuda assistencialista.

É preciso organizar a luta da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida contra o sistema de exploração do trabalho, que condena milhões ao desemprego, ao salário mínimo de fome de R\$ 260,00 e à miséria. O capitalismo degrada camadas inteiras da população, empurrando parte delas para a condição de lumpem. Está claro que quanto mais avance em sua capacidade de produção, mais desemprego gera e mais concentrada fica a riqueza nas mãos de poucos.

Se vamos ao fundo das causas que levam as chacinas e toda sorte de barbárie contra a maioria oprimida, veremos que não se trata apenas de responsáveis individualizados, deste ou daquele grupo de matadores, deste ou daquele grupo de mandantes, mas sim da burguesia, que como classe capitalista explora, concentra toda riqueza e tem o monopólio dos instrumentos de violência contra os trabalhadores.

A cada acontecimento como esse dos moradores de rua, temos de responder com as reivindicações dos trabalhadores de emprego a todos, salário de acordo com as necessidades de uma família de quatro pessoas, moradia, saúde e escolas. Denunciar esses crimes como consequências do capitalismo decadente. Construir organismos operários e populares para armar a auto-defesa contra a violência dos exploradores. E levantar a bandeira de soterramento do capitalismo pela revolução proletária.

O governo do PT/Lula encobre a corrupção

As denúncias contra o presidente do Banco Central e do Banco do Brasil revelaram a corrupção na cúpula das decisões de política econômica do governo. As provas são irrefutáveis. Mas o Ministro José Dirceu foi todo constrangido aos meios de comunicação para declamar a inocência e confiabilidade dos laiaos do capital financeiro. E Lula assinou uma Medida Provisória para proteger o Presidente do BC de qualquer investigação, elevando-o ao nível de Ministro de Estado, certamente por ordem daqueles que o indicaram ao posto: o capital financeiro internacional, que estava preocupado com as influências desse ataque ao comandante da política monetária brasileira.

A seguir, as denúncias investigadas pela CPI do Banestado mostraram que a corrupção atinge os principais políticos de todos os partidos. Quando chegaram ao ex-presidente FHC e ao cacique do PSDB José Serra, logo trataram de realizar uma reunião da cúpula de todos os partidos e decidiram por unanimidade enterrar a CPI, para que não fossem divulgadas as falcaturas generalizadas. A dificuldade será recuperar as provas que estão nas mãos da Polícia Federal, pois ela se nega a de-

volver-las, certamente ainda poderão servir às disputas entre as frações capitalistas ao redor da política econômica e disputa eleitoral.

Tudo isso mostra e comprova a tese do POR de que as CPIs não passam de espaços privilegiados de negociação entre as gangues da burguesia, que comandam o aparato estatal burguês. E as correntes de esquerda ainda procuram mostrá-las como instâncias de denúncias ou de moralização política, e desviar a atenção das massas para elas.

O governo do PT/Lula prova estar completamente metido com o fisiologismo e a disputa gangsteril das frações burguesas. Para estar à frente do aparato estatal burguês, tem de participar das falcaturas e ajudar a acobertá-las.

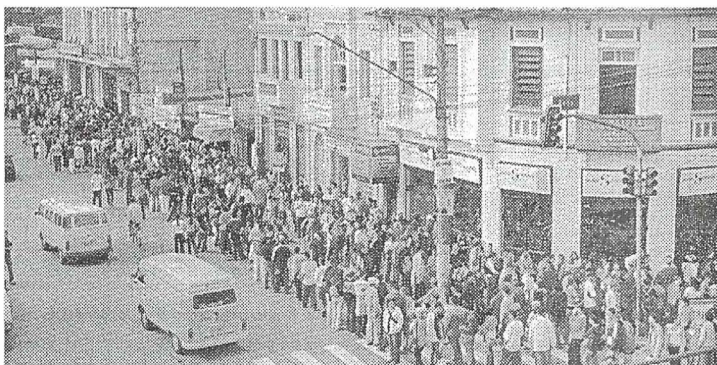
Os revolucionários defendem a independência política dos explorados diante da burguesia, por isso não colaboram com suas manobras de CPIs. A corrupção da burguesia só pode ser julgada e punida de verdade pelas massas em luta. Mobilizadas e organizadas, constituirão os Tribunais Populares, a partir de suas assembléias de base, e assim poderão julgar e punir os crimes da classe exploradora e de seus laiaos.

O crescimento econômico favorece ainda mais a exploração

Os índices apresentados pelo governo mostram crescimento de alguns ramos industriais e no campo, por meio dos agrogócios. O crescimento da economia brasileira não vem acompanhado pela elevação de empregos, na mesma proporção. O que mostra que o crescimento não ultrapassou os limites da capacidade produtiva já instalada. Para que houvesse uma ampliação de postos de trabalho, na mesma proporção, é preciso que haja investimentos das empresas não só na compra de maquinário como também na sua própria expansão. O crescimento anunciado pelo governo não trouxe de volta sequer a destruição de um milhão de postos de trabalho, no primeiro ano de governo Lula.

O que existe é o aumento da exploração do trabalho, por meio da ampliação da jornada e do arrocho salarial. Os patrões, nessa campanha salarial, mantêm-se irredutíveis na não concessão de reposição de perdas.

A burocracia sindical está radiante com o crescimento econômico e reivindica mais proteção aos capitalistas, como os juros baixos para que possam investir e flexibilização de direitos para redução dos encargos sociais, com o argumento de que



isso gerará mais emprego.

A classe operária tem de responder com a luta a exigência de reajuste salarial, reposição das perdas e mais emprego. A bandeira de redução da jornada sem redução salarial contrapõe à brutal exploração do trabalho e de defesa de mais postos de trabalho. A reivindicação de campanha salarial unificada, assembléias conjuntas e a defesa do método da luta de classe para enfrentar o patronato devem ser nosso ponto de partida.

Mantêm-se as greves do funcionalismo

A burocracia sindical não conseguiu desmontar e desmoralizar o movimento dos funcionários públicos, que reivindica reajuste salarial e fim das reformas, que eliminam direitos. No primeiro semestre, em quase todos os Estados, os servidores públicos foram à greve. As direções sindicais se opuseram a unidade grevista para enfrentar os governos, que aplicam os planos neoliberais de cortes de recursos aos serviços-sociais, entre eles a saúde, educação etc. Foram greves longas, mas que

não conseguiram derrotar a política governamental

Nem bem começou o segundo semestre, o funcionalismo retoma os movimentos grevistas. Nos Estados, como Piauí (PT), as greves nesse setor não páram. O governo atrasa os salários e mantém os funcionários na miséria. No Rio Grande do Norte, mal encerrou a greve do município de Ceará-Mirim, a rede estadual decretou greve. Em Minas Gerais, o governo desfechou uma violenta repressão sobre os servidores públicos

que em manifestação exigiam reajustes salariais. Em São Paulo, os trabalhadores do Judiciário estão há 60 dias em greve. Isso mostra que a realidade do funcionalismo é a mesma em todos os lados e que não há outra via senão a greve. Mas o problema está nas direções sindicais que não unificam os movimentos para que

haja uma só luta. A burocracia sindical é cada vez mais corporativista. Potenciar os movimentos por meio da unidade grevista reforça o poder dos trabalhadores e enfraquece a política dos governos. Isso a burocracia sindical não quer.

Para a vanguarda revolucionária, cabe defender um comando nacional de

greve do funcionalismo, eleito a partir das assembléias e subordinado a elas, que unifique as pautas, as negociações, as ações. E que chame o movimento operário à unidade e à luta para enfrentar as reformas neoliberais do governo em seu conjunto, que agora se manifestam no arrocho salarial.

Carta do Partido Operário Revolucionário (POR) ao Conlutas

Achamos necessário nos posicionar diante do chamado da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) de desfiliação dos sindicatos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para constituir uma nova Central. Advertimos ao PSTU e demais correntes que se uniram com esse objetivo de que se trata de um grave erro.

A tarefa diante da burocratização da CUT, de sua estatização e da política traidora do sindicalismo petista é de constituir uma fração revolucionária, que trabalhe nas bases com o programa da revolução e ditadura proletárias e com o método correspondente da ação direta. As justificativas de que é preciso se desfiliar da CUT porque esta passou a ser um agente do governo Lula, que aplica “o modelo econômico do FMI”, a análise de que iniciou um processo de “recomposição aberta no movimento sindical” e que “a Conlutas hoje pode ser o embrião de uma nova Central alternativa ao governismo da CUT” estão levando o PSTU a liderar um movimento de ruptura aventureira.

É bem possível que as correntes da Conlutas e militantes do PSTU acharão essa afirmação provocadora. Não é nossa intenção nem provocar e nem criar falsas polêmicas com o PSTU. Ocorre que esse erro trará prejuízos para a luta contra a burocracia tanto reformista quanto direitista. É sabido que o PSTU e setores sindicalistas controlam vários sindicatos que poderiam e podem jogar um papel de combate à burocracia reformista, caso superem sua política centrista, que via de regra tem colocado o PSTU e esses setores, em momentos decisivos, aliados do reformismo e caso assumam uma verdadeira oposição revolucionária.

Temos criticado e conflitado com o

PSTU justamente por ter uma política oscilante diante do reformismo e da burocracia cutista. Não por acaso o PSTU ajudou colocar o PT no poder do Estado e isso em um momento em que os reformistas já haviam realizado inúmeras traições e deixado claro seu compromisso com o grande capital nacional e imperialista, como foi exposto no compromisso de Lula na “Carta aos Brasileiros”. Enquanto se convivia com a burocracia no aparelho da CUT e dos sindicatos como bons vizinhos, que de vez em quando apresentavam desavenças, o POR levantava a bandeira e trabalhava pela necessidade de constituir uma fração revolucionária para varrer a burocracia da direção dos organismos das massas. Estava claro que o processo de integração da CUT ao Estado burguês se devia a política de colaboração de classe praticada pelos petistas e seus aliados.

O fortalecimento eleitoral do reformismo se traduziria em crescimento de seu aparato organizativo voltado a penetrar a política burguesa, portanto estatal nos sindicatos e logo no seio das massas. As esquerdas quando exigiam que a CUT definisse o claro apoio ao PT não faziam senão expressar sua política de seguidismo aos reformistas. Em nenhum momento a esquerda, que fazia defesa do voto em Lula pelo governo dos trabalhadores, se colocou por combater o fortalecimento partidário do PT como um instrumento de estatização da CUT. Por intermédio da política social-democrata esse partido forjou uma burocracia orgânica, que superou em muito a estrutura do peleguismo caudillesco do passado. A correntes que defenderam a chegada do PT ao poder do Estado, procurando dar a ele a estratégia de um governo dos trabalhadores, renunciaram a crítica fundamental ao re-

formismo de que não era possível constituir um governo revolucionário pela via da democracia burguesa e que esse partido elevaria o grau de estatização e burocratização das organizações operárias. Grudados ao reformismo com a estratégia de um governo dos trabalhadores do PT, as várias correntes de esquerda estiveram adaptadas à política sindical da burocracia petista. Não se pode passar por cima dessa trajetória frente aos novos problemas surgidos com a chegada do PT no poder do Estado.

A burocratização e a amplitude da política de colaboração de classe impostas às organizações operárias, na atualidade, não são um fenômeno novo. Apoiar diretamente o governo Lula/PT, que assumiu posições antinacionais e antipopulares, é uma questão de grau. Anteriormente, a burocracia cutista capitulou diante do governo FHC e passou a sustentar sua política pró-imperialista. Colocou-se abertamente pela estabilidade do governo FHC, colaborando para a aplicação de reformas neoliberais, ora como cúmplice direto, ora indireto mascarado de oposição. Essa capitulação não se deu pelo empirismo sindical, mas por uma deliberada estratégia partidária.

A chegada do PT ao poder dependia do arrefecimento da luta de classes e da conquista do apoio de setores do grande capital. O PT formulou o claro objetivo de defesa da democracia burguesa e de sustentação do Estado. A CUT esteve empenhada em cumprir esse objetivo. Já havia indicado que pretendia uma reforma sindical. Na prática, o Sindicato Metalúrgico do ABC – coluna vertebral do sindicalismo – vinha aplicando as medidas de maior controle da burocracia e maior mutilação da democracia operária.

ria. Se é verdade que as esquerdas se opuseram à tese social-democrata do sindicalismo orgânico, foram inseqüentes ao se manterem atreladas à política do PT de chegar à Presidência da República pela via do caudilhismo de Lula.

Agora que a reforma sindical prescreve o poder de intervenção mais direta da direção da CUT nos sindicatos, podendo inclusive controlar suas finanças, criar sindicatos onde não tem seu controle e negociar por cima das direções sindicais, então o PSTU e correntes da Conlutas decidiram que o melhor seria desfilial os sindicatos que estão sob seu controle e trabalhar pela desfiliação no futuro daqueles em que não têm influência para tal.

A desfiliação colocada reflete uma política de domínio de aparelhos entre a burocracia totalitária e a esquerda centrista. Essa medida longe de enfrentar a burocracia petista para arrancar seu domínio na CUT e livrar os explorados da sua influência político-organizativa, a favorece no seu empenho de mantê-los sob seu controle. O fato de existirem uma parcela de sindicatos dirigidos pelo PSTU e outras correntes ajuda a combater a burocracia da Central. A desfiliação desses sindicatos dificultará esse combate.

Mas o fundamental não está nessa constatação. A desfiliação não se traduzirá na tarefa de varrer a política sindicalista e o burocratismo que impera no conjunto dos sindicatos. A vida política nos sindicatos das esquerdas demonstra

o quanto de corporativismo e de economicismo existe e predomina neles. Isso por que não estão sob a direção de um partido revolucionário, ou seja, do programa que transforma os sindicatos em órgãos auxiliares da revolução proletária.

É tão evidente o aparelhismo e o administrativismo da medida de desfiliação que o aventureirismo esquerdista – uma manifestação do centrismo – não se dispõe a enfrentar a direção da CUT de forma concreta quando esta munida da reforma decidir sufocar os sindicatos que não estejam sob seu controle. O mesmo se pode dizer do “planejamento” gradual de desfilial aqui e ali e esperar para colocar a desfiliação na maior parte dos sindicatos, que é dirigida pela burocracia cutista. O argumento de que se trata de uma tática não se sustenta diante da tarefa de combater a burocracia no terreno em que essa tem o domínio dos trabalhadores. Outros argumentos como o de que na CUT não há instância para se intervir, os congressos são manipulados, as eleições são fraudulentas e a burocracia é cada vez mais violenta também não são justificativas para uma minoria de sindicatos romper e deixar a maioria sob a direção da burocracia.

A derrocada da burocracia é parte da tarefa histórica de derrocada da burguesia. Virá por meio da luta de classes. A tendência objetiva dos explorados é se chocar contra os aparelhos do sindicalismo ossificado. É preciso trabalhar no seio das massas, com o programa de transição, que constitui a unidade das

reivindicações mais elementares com a estratégia da tomada do poder pela revolução proletária. Combateremos a burocracia constituindo a fração revolucionária no interior dos movimentos e dos sindicatos.

A tendência objetiva da classe operária e demais trabalhadores de lutar contra a exploração e as brutais conseqüências da desintegração do capitalismo os obrigarão a fazer experiência com a burocracia, tanto reformista quanto direitista, que comparecerá cada vez mais como auxiliar do Estado e da burguesia para aplicar medidas de ataque a vida das massas. Um bom trabalho programático e organizativo desde os locais de trabalho até os movimentos generalizados ajudará os trabalhadores a enfrentar a burocracia e avançar a organização independente. É por essa via também que rechaçaremos o oportunismo da esquerda petista que levanta a bandeira de recuperação da CUT das origens.

Medidas aparelhistas como a da desfiliação de sindicatos da CUT estão em contraposição a essa tarefa de combater a burocracia de dentro do movimento, constituindo a fração revolucionária. Há o perigo de isolar os sindicatos desfilialdos do conjunto dos trabalhadores, que continuam na CUT dirigida pela burocracia.

O Partido Operário Revolucionário chama a Conlutas a rever essa posição e constituir uma frente de combate à burocracia, a política do governo PT/Lula e se colocar no campo da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Argentina – Unidade da CGT

Fora a Burocracia Traidora!

Recuperar a CGT e os sindicatos para os trabalhadores

Nesses dias, muito provavelmente, será concretizada a “unidade” da CGT, ou melhor, a unidade dos burocratas de suas duas frações mais importantes.

O organizador dessa façanha não é ninguém senão Barrionuevo, o supercorrupto, seguidor de Menem-Duhald, e de célebres expressões filosóficas como “deixamos de roubar a uns pares de anos” e “ninguém faz dinheiro trabalhando”.

Mas o que negociam? O que discutem para resolver a Unificação? Qual o método de unificação e o método para tomar resoluções? Quais são os objetivos dessa unidade de setores que pareciam antes irreconciliáveis?

Querem disputar as ruas com os piqueteiros. Não para fazerem o que deveriam ter feito a tantos anos, tomando em suas mãos as reivindicações dos trabalhadores, saindo para lutar pelos salários

e terminar com o desemprego. Mas para neutralizar e tirar de cena os piqueteiros. Querem eles mesmos receber do governo as vagas para as frentes de trabalho para poderem distribuí-las e dizer que foram os responsáveis.

Buscam ter maior poder de negociação com o governo para bloquear as lutas operárias, para impedir que os setores combativos os arranquem das direções sindicais.

Sua "divisão" foi em função dos interesses dos capitalistas, sua unidade também o é.

Já conhecem a história, os governos passam e eles seguem à frente das organizações sindicais dos trabalhadores ocupados, eles jogaram um papel formidável para impedir que setores classistas, revolucionários, controlassem as direções sindicais. Eles atuam como verdadeiras agências das empresas selecionando os empregados, detectando os ativistas, trabalhando ativamente para varrê-los. A burocracia traidora está integrada ao Estado através de todo tipo de negócios, como o manejo de obras sociais, tendo inclusive legisladores e ministros a exemplo de Tomada.

Os últimos 15 anos têm sido tremendamente difíceis para a classe operária, os postos de trabalho arrasados, as fontes de trabalho fechadas, os contratos violados e desconhecidos, o salário com o nível mais baixo de sua história, a metade dos trabalhadores em regime informal...

Ante esses ataques, as direções burocráticas foram cúmplices, em nome da globalização deixaram passar todos os ataques, recebendo grandes recompensas pelos serviços prestados.

Os sindicatos e a CGT protagonizaram as principais lutas de massas nessas últimas décadas, por essa via a classe operária jogava o papel de dirigente popular.

A Unidade é Imprescindível: é Necessário Recuperar a CGT para os Trabalhadores

Os sindicatos e a CGT serão recuperadas a partir das bases, por meio da recuperação do corpo de delegados (comissão de fábrica) em cada lugar de trabalho, instalando a assembléia como órgão básico e fundamental da democracia operária.

A estruturação a partir das bases deverá confluir em congressos de delegados de base por sindicato, por regiões, nacionais, para construir uma direção verdadeiramente operária.

Este processo está indissolivelmente ligado à luta conseqüente pelas reivindicações mais urgentes dos trabalhadores: acabar com o desemprego, ajustar os salários, impor a vigência dos contratos coletivos, terminar com o trabalho informal e escravista...

A clara definição de que não é possível arrancar nossas reivindicações através do parlamento, por meio das negociações intermináveis, apoiando candidatos para tal o qual eleição. Somente a ação direta das massas poderá resolver todas nossas reivindicações, a greve, o piquete, a mobilização, a ocupação dos prédios.

Queremos sim a unidade, mas para lutar. Não para que seja um peso em nossas costas que nos impeçam de atuar. Queremos a unidade em uma única cen-

tral de trabalhadores, incluindo a CTA. Queremos a unidade em cada sindicato, de todos os trabalhadores. A filiação aos sindicatos caiu devido ao trabalho informal e pelo repúdio dos trabalhadores a esses burocratas vendidos. Muitos permanecem filiados apenas para receberem benefícios sociais.

Muitos acreditam que os sindicatos só podem ser recuperados pela via eleitoral e que é válido fazer alianças com setores que vêm da burocracia, com os reformistas, para alcançar a direção. Não é disso que falamos quando dizemos recuperar os sindicatos. Não queremos uma simples mudança de cara, ainda que sejam honestos.

A vanguarda que intervém nas lutas operárias, que já recuperou vários sindicatos nestes últimos anos deve trabalhar estreitamente ligada com as organizações de piqueteiros em uma frente comum. A vanguarda deve compreender que, sob o atual estado de decomposição e desintegração do capitalismo, não é possível reformá-lo, ou sequer atender a nossas reivindicações. Que só quando a classe operária tiver o poder nas mãos, dirigindo o restante das massas oprimidas, poderá resolver esses problemas. A burguesia no poder não fará mais do que agravar as condições de exploração da classe operária, destruindo física e moralmente.

(Extraído do jornal "Masas" Argentino nº 184 de julho de 2004)

PSTU lança programa de governo nas eleições municipais de Natal: a política centrista

Na Carta Programa lançada pelo PSTU para as eleições de prefeito e vereador em Natal, encontra-se expressa a política eleitoreira e o centrismo de sua política.

Logo na capa, o PSTU expressa seu eleitoralismo, ao querer demonstrar sua diferença com os políticos tradicionais. Na charge que diz "todo político calça quarenta", O bonequinho com a bandeira do PSTU responde que "não, alguns calçam 16", fazendo alusão ao seu número de legenda. Abrindo a Carta Programa, sob o título "Oposição de luta e de esquerda", apesar de afirmar que as eleições não resolvem os problemas estruturais das cidades - mas também não

diz o que resolve - e que serve apenas de apoio às lutas, afirma que, enquanto a "população está desiludida e achando que todos [os políticos] são iguais, há aqueles que estão dispostos a continuar a luta para mudar".

Como se vê, o PSTU não caracteriza e não reforça a desilusão dos trabalhadores nos "políticos" tentando explicar o motivo na sua posição de classe burguesa. Mas tenta passar a impressão de que constitui uma alternativa de políticos diferentes, porque não, éticos, honestos e sérios. Desta forma, o PSTU retarda o avanço da superação dos trabalhadores nas ilusões democráticas da burguesia, se propondo renovar essas esperanças

no voto aos seus candidatos. Qualquer reforço da "democracia dos ricos" é um desserviço à Revolução Proletária. Não é à toa que, na parte intitulada "Democracia Burguesa", a "democracia dos ricos" é assim caracterizada porque os partidos da classe dominante possuem "um tempo muito maior na TV". Se for só isso, a reivindicação dos trabalhadores deveria ser apenas a exigência de tempo igual.

O centrismo da política do PSTU está expresso nas "16 propostas para que os ricos paguem pela crise", onde propõe a "redução dos salários dos vereadores e prefeitos ao nível salarial dos trabalhadores" e, ao mesmo tempo, os "Conselhos Populares com poder superior ao

da Câmara Municipal"" e a mudança do "caráter da Guarda Municipal para Guarda Patrimonial".

O PSTU, quando propõe seus Conselhos Populares acima da Câmara dos Vereadores, realiza uma formulação revisionista do marxismo (do tipo do austromarxismo), que cria esperanças na convivência entre o poder legislativo burguês e os "soviets"" dos proletários. Os Conselhos Populares não são criados pelo poder eleito, e sim pelas lutas das massas, que necessitam desta organização para expressar a democracia operária.

ria.

Em relação a Guarda Municipal, apesar de reconhecer seu caráter repressivo, por isso sua proposta de transformação em Guarda Patrimonial, não propõe a sua extinção. A formação das milícias populares fica subentendida na Carta Programa do PSTU quando se refere ao Conselho de Segurança Pública, mas em nenhum lugar se diz o que é ou para que serve.

No geral, a característica do Programa do PSTU está em seu objetivo de aparecer como uma alternativa palatável

aos setores conservadores dos trabalhadores, não radicais e com propostas "realizáveis". Assim, o PSTU não mostra o caráter de classe dos políticos burgueses, caracteriza a democracia burguesa devido ao tempo na TV, esconde dos trabalhadores seu apoio ao PT no segundo turno das eleições presidenciais e diz até da necessidade "fazer uma revolução" (grifo nosso): só não diz qual e por quê. Por isso tudo se caracteriza pelo oportunismo politiqueiro.

Juventude

Juventude e Escola de Classe (2ª parte)

No Brasil são 35 milhões de jovens. Nada menos que 7 milhões estão desempregados e fora da escola. Sendo explorados em condições semelhantes a de escravos, particularmente em casas de terceiros, estão 559 mil jovens entre 10 e 17 anos. Dos jovens que freqüentam o ensino médio, 58% estudam no período noturno. A taxa de mortalidade de jovens por homicídios saltou de 30% (1980) para 54,5% (em 2002). Enquanto 5000 famílias mais ricas detêm 45% do PIB nacional, ou seja 691 bilhões de reais.

Esses dados demonstram o quanto a juventude operária, camponesa e parte da de classe média se encontra golpeada econômica e socialmente na sociedade capitalista. São eles: 1) o desemprego em grande escala; 2) os empregados são superexplorados por meio de uma jornada de oito ou acima de oito horas de trabalho; 3) recebem os salários mais baixos; 4) a maioria padece da falta de vínculo empregatício; 5) boa parte não tem acesso aos estudos; 6) são vítimas de toda sorte de violência, entre elas os assassinatos.

Ao lado dessa barbárie contra a juventude, vemos a grande concentração de riquezas sob o controle da minoria exploradora e de uma camada ultra-restrita da alta classe média. O capitalismo

atingiu uma capacidade grande de produção e, no entanto, a maioria da população enfrenta pobreza e miséria. A produção é social, mas a apropriação da riqueza criada é privada, ou seja, apropriação capitalista. A máquina econômica capitalista funciona potencializando a produção social. A força de trabalho de milhões é comprada e colocada na situação de atividade cooperada, o que quer dizer que o capitalismo coletiviza a força de trabalho dos indivíduos. Torna essa força de trabalho cada vez mais produtiva em consonância com o aperfeiçoamento tecnológico.

A produção social e apropriação privada são regidas pela relação de propriedade capitalista dos meios de produção e exploração da força de trabalho. Os trabalhadores recebem um salário para que possam reproduzir sua própria força de trabalho. Uma pequena parte de sua jornada de trabalho é suficiente para que o trabalhador produza um valor que corresponde às suas necessidades vitais. O restante da jornada é dedicada a criar um excedente de valor que o capitalista usa para ampliar seus negócios e acumular capital. Está aí por que os capitalistas fazem de tudo para aumentar a produtividade do trabalho e pagar o menor salário possível. O desemprego permite aos

exploradores terem abundância de mão de obra para que possam usá-la como mercadoria barata.

É necessário ainda compreender que o avanço da capacidade produtiva, do trabalho e do maquinário aumentam o desemprego, uma vez que haverá grande excedente de riqueza que não tem como ser consumida pela maioria empobrecida. É a chamada superprodução.

Nesse breve resumo, observamos as leis de funcionamento de exploração do trabalho, apropriação privada do excedente e acumulação de capital pela classe dominante, que é a classe burguesa. O desemprego e a miséria proliferam em meio a uma gigantesca produção e a uma capacidade produtiva muito acima da utilizada. Assim, a minoria detém a maior parte da riqueza e maioria sobrevive nas piores condições.

A juventude recebe o impacto cada vez mais crescente, já que grande parte é afastada do trabalho e a parcela empregada é esmagada pelas jornadas estafantes e salário irrisórios. Esse é o ponto de partida para se entender por que o capitalismo não permite à maioria o acesso aos estudos em todos os níveis e mutila prematuramente as faculdades físico-mentais da juventude trabalhadora..

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Professores-SP

O que esteve em jogo na assembléia dos professores

Mais uma vez, a diretoria convocou uma assembléia e apostou no seu **esvaziamento**. Os cartazes, que deveriam ser usados na mobilização das escolas, só chegaram às vésperas do dia 20. Acreditamos que, em várias regionais, os cartazes chegaram após a assembléia. Poderiam alegar muitos motivos, como o correio, a empresa que executa o material etc. O fato é que a reunião do dia 12 de agosto, de representantes de escolas, não contou com o material de campanha pela assembléia. Se uma direção está disposta a mobilizar, usa de todos os meios para que os professores sejam motivados: reuniões, cartazes, boletins, cartas, visita às escolas etc. Será que havia essa disposição? Certamente que não. Esse foi o principal motivo do fracasso da última assembléia.

É claro que boa parte dos professores têm ignorado o chamado do sindicato. E por que ignoram? Porque não sentem firmeza nessa diretoria. De nada vale uma região se empenhar nas convocações se a maioria das regiões se encontra com a política da diretoria da Apeoesp. Com isso, quem ganha é o governo, que não pára de anunciar medidas para o ano de 2005, que atingem os professores e estudantes.

Diretoria da Apeoesp: PT, PCdoB e PSTU juntos contra a convocação de uma assembléia

Os acontecimentos ocorridos no Conselho de Representantes e na Assembléia do dia 20 só vieram a confirmar nosso balanço da direção do sindicato.

A Articulação (PT), Artnova (PT) e PCdoB formam um bloco coeso pró-governo Lula. Por isso, não vão fazer campanhas e nem mobilizar os trabalhadores para combater as medidas contrárias ao ensino público e gratuito anunciadas pelo Ministro da Educação, Tarso Genro. Não por acaso não rebateram as diretrizes do Fundeb nem a reforma universitária, que se constitui descarada privatização.

A Oposição Alternativa, composta de setores do PT e do PSTU, que radicaliza em palavras, acaba apoiando as propostas da ala majoritária da diretoria. Foi o que ocorreu em quase todas as assembléias nesse ano. Mas, nessa última assembléia, sequer disfarçou com o radicalismo verbal. O PSTU, PCdoB e PT formaram uma só força contra a aprovação de uma nova

assembléia, tendo em vista que essa não **foi convocada e que o momento exigia** a preparação para o enfrentamento ao governo.

Mas não parou aí: as correntes que compõem a direção revezaram no microfone para combater a proposta do partido operário POR, que era simplesmente a de marcar uma nova assembléia, trabalhar pela unidade grevista com o funcionalismo e responder com luta direta as ações do governo Lula e Alckmin. O PSTU chegou ao seguidismo de tomar para si a proposta da Articulação de "participar no grito dos excluídos" e deixar tudo para depois do Congresso, que se realizará em novembro. É evidente que, para essas correntes, a campanha desse ano está encerrada.

A verdade é que todas essas correntes estão fazendo campanha eleitoral e não querem desviar desse eixo. Mesmo o PSTU, que diz que as "eleições não servem para nada" e que é preciso combinar "mobilização com as eleições", na prática faz o inverso.

Governo apresenta medidas contrárias à educação pública. Diretoria colabora

O governo do PT/Lula conta com o apoio das direções sindicais para dar sequência à reforma educacional do Banco Mundial. O governo Alckmin/PSDB, que apóia a reforma, aproveita a situação em que as direções estão mancomunadas com Lula para reforçar a política do arrocho salarial. O desmonte das assembléias alimenta a ofensiva dos governos, que não páram de enviar programas, medidas, diretrizes e reformulações para o ano de 2005.

Está aí por que era fundamental aprovar nova assembléia, amplamente divulgada, para que os professores pudessem responder com luta. Portanto, havia quatro condições favoráveis à mobilização: o anúncio das medidas contra o ensino público, a negativa de Alckmin de reajustar os salários, as demissões provocadas pela posse dos concursados e a existência de greves do funcionalismo não só em São Paulo. A diretoria da Apeoesp desconsiderou todos esses elementos e dispersou a vanguarda que compareceu à assembléia do dia 20.

É preciso fortalecer a Corrente Proletária na Educação

Na Apeoesp, vários grupos se intitulam de oposição. Certamente, fazem oposição pontuais à diretoria. A existência desses vários grupos é questionada pelos professores que estão descontentes com a condução do sindicato. Muitos não conhecem mais a fundo o que defendem os setores de oposição. O momento do Congresso é privilegiado, porque as correntes estão obrigadas a se posicionarem sobre a conjuntura política, sindical, educacional e apresentarem suas idéias de superação dos problemas, que estão vinculados à existência do sistema econômico capitalista.

Boa parte dos grupos de oposição é radical nas denúncias e defende genericamente o socialismo. Mas não pode ir a fundo na raiz dos problemas porque implica ter uma conduta revolucionária para os sindicatos. E ter uma conduta revolucionária é reconhecer que os sindicatos são instrumentos auxiliares na luta contra o capitalismo. Isso porque os sindicatos são organismos de frente única de várias correntes de opinião. Portanto, não podem assumir a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Essa estratégia só pode ser do partido revolucionário, que aglutina todos aqueles que compartilham com o mesmo programa, onde a tática está condicionada pela estratégia.

Assim, os grupos de oposição que se negam a construir o partido da revolução acabam fazendo sindicalismo, que pode ser radical, populista etc. Ao não se colocarem pelo partido revolucionário, reforçam o apolitismo e a idéia burguesa de que todos os partidos são iguais: corruptos e oportunistas.

A Corrente Proletária, que é uma tendência sindical no meio dos professores, atua a partir das reivindicações da classe, com o método da luta de classe no sentido de ganhar aqueles que despertam para a luta e para a necessidade de pôr em pé um partido operário. Construir a Corrente Proletária é construir uma oposição de combate no sindicato e o caminho para a emancipação dos trabalhadores, que só pode ser conquistado por meio do partido marxista, leninista e trotskista.

Professores-SP: Tese da Corrente Proletária ao Congresso da Apeoesp

Tese 4: É hora de combater a diretoria burocrática e pró-governo da Apeoesp. Independência e democracia sindical. Chega de reformas que solapam a vida dos trabalhadores

Chamamos todos aqueles que se identificam com nossas idéias, expressas na Tese 4 para o Congresso da Apeoesp, e com nossa prática de atuação, que se traduz na defesa das reivindicações dos trabalhadores, no método de luta que é próprio dos explorados e na defesa da democracia sindical, oposta a todas as formas de burocratismo, a votarem conosco. Indicamos, resumidamente, 05 pontos para que possam diferenciar a Tese 4 das demais teses, inclusive de setores ditos de oposição. É importante dizer que nos opomos à forma de congresso realizada pela diretoria da Apeoesp, por não privilegiar a discussão e a organização do movimento dos professores para enfrentar os governos. Trata-se de um Congresso que destrói as finanças do sindicato e protege as empresas hoteleiras. Um congresso que não responde às necessidades de nós, professores. Também temos de dizer que, em nossa região, duas teses, a 5 da Frente de Oposição Socialista e a 8 da Oposição Alternativa, defenderam a redução do tempo do Encontro Regional, inviabilizando as discussões mais a fundo sobre as reformas educacional, sindical e trabalhista que foram encaminhadas pelo governo Lula com o apoio de Alckmin. Como tiveram a maioria na reunião da Executiva, o Encontro se reduzirá à defesa de teses. Essa conduta expressa traços de burocracia, que nós devemos combater.

Eis alguns pontos de nossa tese:

1. Defendemos a independência da Apeoesp, demais sindicatos e da CUT do governo do PT/Lula. As direções sindicais não combatem à política pró-burguesa de Lula. Não organizaram o movimento dos trabalhadores para derrubar as reformas como a da Previdência. Escondem o verdadeiro conteúdo da reforma sindical, que é de fortalecimento do poder da burocracia da CUT e enfraquecimento dos sindicatos. Não divulgam as medidas contra a educação pública, contidas na reforma universitária, no Fundeb e na reformulação do ensino médio. Tratam-se de dire-

ções que sustentam a governabilidade de Lula/ Alckmin.

2. Lutamos contra o intervencionismo das potências imperialistas sobre os países mais atrasados. Combatemos a invasão dos Estados Unidos ao Iraque, Afeganistão etc levantando a bandeira de autodeterminação dos povos oprimidos. Rechaçamos os planos neoliberais impostos pelo imperialismo que sangram as débeis economias nacionais, trazem desemprego, fome e protegem os credores internacionais e os monopólios. Defendemos a luta pelo fim do sistema capitalista e a edificação da sociedade socialista, que só pode ser erguida por meio da revolução proletária.

3. Condenamos o governo do PT/Lula por assumir a política traçada pelo imperialismo de retirar bilhões de reais do povo brasileiro para pagar os especuladores estrangeiros, de continuar com as reformas antinacionais e antipopulares, de impor o salário mínimo de R\$ 260,00, de jogar milhões de aposentados à miséria com a reforma da Previdência e de proteger os empresários da educação com a reforma de compra e vagas nas escolas privadas. Defendemos que os sindicatos e os movimentos populares enfrentem nas ruas esse governo. Trabalhamos contra o eleitoralismo por um governo operário e camponês, resultado da luta dos explorados.

4. Combatemos a reforma do ensino ditada pelo Banco Mundial, iniciada por FHC, que trouxe a municipalização, o desemprego, a destruição de direitos trabalhistas, a redução da grade curricular, os telecursos, o corte de verbas à educação e a imposição do arrocho salarial. Denunciamos as novas medidas educacionais do governo Lula, que dividem o ensino médio para eliminar um ano, que criam o currículo mínimo nacional para retirar disciplinas, que reforçam o mecanismo de custo-aluno por meio do Fundeb sem elevar os investimentos na educação e que se apóiam no centralismo burocrático das secretarias de educação e diretorias de ensino para executar diretrizes contrárias aos

interesses dos professores e alunos. Defendemos: 1) o ensino público, gratuito em todos os níveis para todos que desejam estudar; 2) A escola científica, portanto contra o adestramento por meio do ensino religioso; 3) a autonomia das escolas sem nenhuma ingerência do Estado. A única função do Estado é sustentar financeiramente as escolas; 4) A educação vinculada com a produção social, que se materializa na bandeira de 4 horas no trabalho, fim da exploração do trabalho, salário compatível com as necessidades e acesso a todos à escola; 4) O fim da farsa da reforma educacional dos governos.

5. Lutamos pelas reivindicações dos professores de salário e emprego a todos por meio da redução da jornada sem redução de salário. E pela democracia sindical na Apeoesp. Fim dos Congressos de hotéis. Redução do valor dos descontos da Apeoesp, que não sejam maiores que o valor da hora-aula. Eleições proporcionais sem imposição de cortes, diretoria submetida ao controle das bases. Por uma Apeoesp que verdadeiramente seja de luta contra a política governamental, que tem como essência a privatização da educação, desemprego e redução de direitos. Uma Apeoesp que tenha como ponto central a defesa da vida dos trabalhadores e da construção de uma nova sociedade, sem exploradores e explorados.

Companheiros, algumas teses que se reivindicam da oposição dizem ser socialistas, no entanto se negam a defender a revolução e ditadura proletárias, não colocam com clareza o método de luta de classe e o partido como instrumento essencial da transformação histórica. Toda e qualquer corrente que se diz socialista mas que esconde ou nega a estratégia de tomada do poder pelo proletariado e demais explorados está no campo da social-democracia ou nele se ingressará. Trata-se de uma posição oportunista.

Companheiros, leia e defenda a Tese 4 da Corrente Proletária na Educação

Apeoesp Itaquera

A farsa democrática da Alternativa Sindical

A direção da Apeoesp de Itaquera é composta pela Alternativa sindical (PT e PSTU) e, apesar de se colocar como oposição a Articulação, utiliza os mesmos métodos burocráticos.

Procuram demonstrar que eles são os únicos que tem “trabalho sindical” na região e que as outras correntes só vão lá para gritar e esbravejar.

Se a Alternativa Sindical de fato visitasse escolas, fizesse amplas discussões de sua linha política com os professores dentro das escolas e fosse uma fração no interior da classe, não teria a necessidade de impor métodos burocráticos que

procuram impedir a participação das outras correntes.

Um exemplo disso ocorre agora na preparação da Conferência Regional na subsede.

Na última reunião da Coordenação, quiseram aparecer como democratas e organizaram uma comissão com todas as correntes que, naquele momento, tinha a função de distribuir as atas para as escolas, o que poderia ter sido feito na própria reunião dos representantes de escolas como foi feito em várias regiões. Mas a tal comissão democrática impôs uma série de critérios para que se retiras-

sem as atas: inicialmente somente os REs poderiam retirá-las, depois os conselheiros e por fim a escola, que não tem nem um nem outro, ficaria sem escolher os delegados.

Aí está o burocratismo, até mesmo àquilo que deveria ser aberto e amplo a diretoria dita democrática de esquerda se apega em considerações burocratizadas, e dificulta a participação ampla e irrestrita dos trabalhadores.

Por trás desta manobra está a tentativa da Alternativa Sindical e os grupos que a compõem em eliminar a ampla participação das bases na vida sindical.

Em defesa da meia municipal e intermunicipal rumo ao Passe Livre, com ação direta contra a burguesia!

Os estudantes de Fortaleza e da região metropolitana estão unidos com o mesmo objetivo: conquistar o seu direito, ou seja, a luta em defesa da meia municipal e intermunicipal rumo ao Passe Livre para estudantes e desempregados.

A unidade entre esses setores se faz necessária para unir os estudantes, desempregados, trabalhadores numa luta contra os governos burgueses que agem violentamente contra a massa estudantil. É por isso que se efetiva e se impõe o método de luta da classe operária como, por exemplo: ocupar os prédios públicos, bloqueio de avenidas etc, para defender as nossas reivindicações, pois a burguesia (empresários) está unida e tem a seu serviço a polícia, imprensa, parlamento para proteger os seus lucros e sua propriedade.

Na última manifestação de quinta-feira 03/06, em frente à Prefeitura, em que

o comando do fórum estudantil errou de novo em não ter ocupado na hora da chegada, e assim não cumpriu novamente outra deliberação tirada pelo fórum estudantil, e também ao não organizar a retirada dos manifestantes em frente da Prefeitura antes da chegada do batalhão de choque, o que era previsível, e com isso propiciou a repressão da PM ao movimento estudantil. Apesar de tudo, o ato na Prefeitura foi positivo, porque os estudantes deram uma resposta de resistência contra a implantação da Portaria 13-C que prepara as condições para limitar a meia estudantil no futuro próximo e, ao mesmo tempo, tirar o emprego de milhares de pessoas que vivem da venda dos vales. E dá o primeiro passo para demitir cobradores, já que a pretensão futura é a implantação de catracas eletrônicas nos ônibus.

A luta é contra o Estado e a Prefeitura

que, juntos, estão sucateando a educação pública, aumentando as passagens e aplicando planos que contribuem para aumentar o desemprego em massa que é expressão da decomposição do capitalismo. E por isso é preciso avançar nas reivindicações e nos métodos de luta dos estudantes e possuir um programa revolucionário que seja anticapitalista e anti-imperialista para destruir o sistema capitalista e construir o socialismo através da revolução social.

Ação direta e radicalização para defender a meia e impor o passe livre para estudantes e desempregos!

Abaixo Juraci e os empresários! Estatização dos transportes coletivos sob controle dos trabalhadores!

Abaixo a portaria 13-C e o cartão inteligente e o Pass Card!

Construir comitês em todas as bairros.

Adquira os materiais do Partido Operário Revolucionário:

Stalin, o Organizador de Derrotas, de Leon Trotsky

Uma análise do estalinismo, a partir das teses ao V Congresso da Internacional Comunista, com valiosas lições para a luta revolucionária internacionalista

Três reformas neoliberais: Sindical, Trabalhista e Educacional

Uma radiografia das próximas reformas neoliberais do governo do PT/Lula - Sindical, Trabalhista e Educacional (inclusive a Universitária).

Crítica Programática ao Reformismo e a falência das esquerdas do PT

Reedição da primeira crítica programática do POR ao reformismo e às correntes, de 1990. Vale a pena ver a confirmação prática de suas principais teses.

A juventude precisa desenvolver a luta pelo emprego

Reproduzimos abaixo texto do Encontro da Corrente Proletária Estudantil Secundarista

A juventude entre 17 e 24 anos de idade, período em que está estudando ou terminou o ensino médio, está desempregada e sem perspectivas de vida. Uma parcela tem seus pais desempregados, outra tem seus pais trabalhando, porém esses recebem um salário que não corresponde às suas reais necessidades. É próprio do modo de produção capitalista produzir desemprego, que é causado pela impossibilidade de ampliar indefinidamente a produção e pela concorrência entre os capitalistas. Esse desemprego é utilizado pela burguesia para aumentar a exploração sobre a força de trabalho, porque estimula a competição entre os trabalhadores e é usado para rebaixar os salários. No capitalismo, só é possível combater efetivamente o desemprego com a luta de classe. Acabar com o desemprego é parte da revolução proletária, que destruirá o capitalismo e com ele a mazela do desemprego.

A crise de superprodução tem levado os exploradores a buscar meios de preservar seus lucros através de mecanismos artificiais (parasitismo financeiro, especulação, privatização de serviços sociais) e do aumento da exploração do trabalho. Nos últimos anos, aumentaram a terceirização, o subemprego e os trabalhos temporários. Os jovens que estão trabalhando, assim como os trabalhadores, enfrentam uma jornada de trabalho cada vez mais extensa. Com o banco de horas, uma pessoa pode trabalhar até 12 ou mais horas por dia sem receber a mais por isso. A destruição de direitos trabalhistas permite que os capitalistas explorem cada vez mais à vontade, com contratos temporários e rebaixamento salarial direto e indireto. O aumento da exploração coloca uma parte da juventude em condições de estafa física e mental, sem condições de assimilar qualquer coisa na escola. Outra parte fica desempregada, o que lhe torna a vida insportável e anula sua capacidade de aprendizado. As políticas de privatização e sucateamento do ensino

no eliminam vagas e fecham salas e escolas, impedindo o acesso da juventude ao estudo.

Os estudantes da classe operária devem ver a reivindicação pelo emprego como uma reivindicação da classe. A perda de direitos afeta todos os trabalhadores. Os sindicatos, por causa da política corporativista das direções, se negam a trabalhar pela unidade entre empregados e desempregados contra o desemprego. Além disso, a burocracia sindical não mobiliza a classe para reivindicar a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, de modo a conseguir a divisão de todo trabalho disponível entre os aptos a trabalharem a assim eliminar o desemprego. Isto é, a escala móvel de horas de trabalho. Ao invés disso, colaboram com os exploradores com a promessa de que se houver aumento da produção econômica e os capitalistas lucrarem mais eles darão mais empregos e melhores salários. A juventude tem de exigir dos sindicatos que inclua nas suas pautas de reivindicações a luta pela escala móvel de horas de trabalho, que se choca com a necessidade dos capitalistas de aumentarem seus lucros com a superexploração do trabalho e que só pode ser obtida no confronto com os exploradores e seus governos. E também que a jornada de trabalho da juventude seja de 4 horas, de forma a conciliar o estudo e lazer com o trabalho.

As promessas do governo do PT/Lula de crescimento sustentável e de mais emprego e salário obtido a partir desse crescimento só servem para enganar os explorados e a juventude e desviá-los da luta de classe. Os setores que têm crescido se apóiam principalmente no aumento momentâneo das exportações. Boa parte da economia continua estagnada ou em retrocesso, como por exemplo a construção civil. A política econômica do governo do PT/Lula é ditada pelos exploradores e serve para aumentar a exploração do trabalho e o parasitismo financeiro. Para as massas,

resta mais desemprego, arrocho salarial e destruição de direitos. A juventude tem de se organizar para enfrentar as reformas neoliberais destruidoras do ensino público e privatizantes e empunhar a bandeira de defesa do ensino público e gratuito para todos, laico, único e vinculado à produção social. A unidade dos estudantes deve se projetar para a unidade de todos os que trabalham e estudam e para a aliança com a classe operária de forma a obter a força revolucionária de massa necessária para derrotar a burguesia, seu governo e o imperialismo. O capitalismo em decomposição não reserva nada para as massas a não ser mais miséria, desemprego, doença e violência reacionária.

A defesa do ensino e emprego para a juventude se traduz em bandeiras concretas de ação imediata. A reivindicação de 4 horas de trabalho e o restante para a escola e lazer une a juventude à classe operária na luta pelo emprego e é parte da defesa do direito democrático de educação pública e gratuita para todos. As reivindicações específicas dos bairros e regiões devem se ligar a esta. Os explorados habitam em locais carentes de todo tipo de infraestrutura e direitos sociais. As reivindicações voltadas ao município, de pavimentação e saneamento das ruas, construção de postos de saúde, escolas, bibliotecas, centros de lazer etc. permitem colocar também o problema do emprego para a juventude, não apenas na efetivação dessas reivindicações, mas em sua manutenção, que deve se estabelecer com a jornada para a juventude de 4 horas. Os estudantes têm de rejeitar o trabalho voluntário na escola e exigir a contratação de funcionários para as tarefas de limpeza e conservação. Essas medidas, que podem mobilizar a juventude operária nos bairros, ajudam a organizá-la e mobilizá-la, chocando-a com os governantes, o poder econômico e o próprio capitalismo. Ajudam a elevar a juventude à luta pelo socialismo por meio da revolução proletária.

Judiciários-SP

Radicalizar a greve para responder a intransigência e ao descaso do TJ e do governo

Reproduzimos abaixo boletim da Corrente Proletária no Judiciário, distribuído na Assembléia de 25/08/2004

Nossa greve está completando dois meses. Até agora realizamos várias passeatas, ocupamos a rua em frente ao Palácio da Justiça, fizemos panelaço, fomos duas vezes à Avenida Paulista, com atos no paulistão e contra a OAB. Os piquetes diários nos prédios continuam e a greve ainda conta com alto índice de adesão. Apesar disso, não foi possível arrancar do TJ e do governo o atendimento das nossas reivindicações, cujo principal ponto é o reajuste salarial de 39,19%.

O Tribunal se mantém intransigente no propósito de não negociar nada. Sua proposta de reajuste salarial continua sendo as migalhas já oferecidas anteriormente. Essa intransigência foi comprovada com a atitude do presidente deste poder na última reunião com a comissão de negociação, onde o mesmo, além de dizer que não tinha nenhuma outra contraproposta a oferecer, ainda fez ameaças e abandonou a reunião, deixando a comissão de negociação falando sozinha.

Na verdade, o TJ procura jogar com o tempo e aposta no desgaste do movimento. Ao mesmo tempo, se apóia na repressão contra as associações e grevistas através da OAB, com medidas judiciais, tenta dividir e desviar a atenção da categoria para a Assembléia Legislativa, faz ameaças de corte no pagamento dos grevistas e outras manobras para tentar acabar com a greve sem ter que ferir a política de arrocho salarial e retirada de

conquistas que os governos vêm impondo aos servidores públicos, principalmente na última década.

Além disso, o TJ conta também com as manobras das associações que, com o apoio de parte do comando, procuram evitar a todo momento que o movimento grevista fuja de seu controle e passe por cima de sua política legalista e conciliadora, e comece a fazer ações mais enérgicas e radicalizadas para alcançar a vitória. É nesse sentido que propuseram o fechamento do comando de greve, restringindo a participação dos trabalhadores em suas principais deliberações. Trata-se de evitar a aprovação de propostas que potenciem o movimento e assim poder criar as condições necessárias para pôr fim à greve. Uma dessas condições é, sem dúvida, a burocratização do comando de greve, o que de fato já está ocorrendo. Tudo isso com os argumentos de que havia "uma grande desorganização e confusão que permeavam as reuniões do comando de greve" abertas e que o direito de todos votarem gerava "uma série de deformações". Basta ver o que aconteceu nas três últimas reuniões realizadas no interior (Bauru, Santos e Sorocaba), onde nada se tirou de concreto e todas as propostas que poderiam potencializar a greve foram rechaçadas. As propostas aprovadas nessas reuniões foram todas no sentido de "afunilar" e controlar as ações do movimento. Para

se ter uma idéia, na última reunião em Sorocaba, chegou-se ao absurdo de se propor que nenhum trabalhador poderia apresentar na assembléia estadual qualquer proposta sem que antes tenha passado pelo crivo do comando, onde as reuniões estão sendo cada vez mais burocratizadas e as discussões políticas cada vez mais escassas. Na prática, objetiva-se transferir o poder soberano de decisão das assembléias para o comando de greve, instância deliberativa inferior, mas que determina, em linhas gerais, a política e os caminhos que a greve pode seguir. Após algumas intervenções que desmascararam as pretensões dos burocratas que queriam passar por cima das assembléias gerais, os delegados decidiram que esta questão só poderia ser decidida na assembléia estadual de hoje. Portanto, fiquemos atentos. Outra situação que evidenciou o oportunismo burocrático foi a proposta de formar uma comissão para continuar "negociando" após a greve, com abono do ponto, pois sabemos que, sem greve, não há negociação e sim traição.

Como vemos, a nossa greve está num momento crucial e sua vitória depende de aprovarmos propostas que passem por cima dos burocratas e oportunistas e que se choquem direta e imediatamente com a política do TJ e do governo, que se evidencia na intransigência e no descaso para com a categoria.

É necessário organizar um Comando Nacional de Luta"

No dia 20/8, foi realizado um ato público unificado do funcionalismo. Para que este ato fosse de fato expressão da luta dos trabalhadores, deveria ser organizado pelos trabalhadores que estavam em greve.

Um setor do funcionalismo público que está em greve é o dos judiciários estaduais, que aprovaram a participação no ato e para ele seguiram em passeata. Mas o ato não foi organizado por esses

trabalhadores, e sim pela burocracia da maioria das Associações do Judiciário, juntamente com as direções da Apeoesp, Udemo, CPP, Afuse, representantes formais de segmentos desmobilizados do funcionalismo, muitos dos quais sequer foram chamados a participar, seja como ato geral, seja como assembléia ou manifestação específicas.

O objetivo dessas direções, ao afirmarem a impossibilidade de fazer qual-

quer mobilização, é adaptar esses setores, fragmentados, a sua política eleitoral, para não prejudicar as candidaturas apoiadas por elas. Os trabalhadores em greve poderiam apontar esse caminho, o da greve, para o restante do funcionalismo, o que não era do interesse daquelas direções.

O que predominou, então, foi a política eleitoralista e pacifista das burocracias, mesmo as do setor em greve. As corren-

tes - como a do PSTU, que ofereceu inclusive seu horário na televisão - disseram estar no judiciário em apoio à greve. O PSTU afirmou que apóia o movimento grevista daqueles trabalhadores, porém quando se tratava da política a ser defendida, ele e outras correntes se uniram com a direção majoritária da Cut (Articulação) e se colocaram contra até mesmo a preparação da greve nos professores. Sua política foi a de defender um calendário mínimo e voltado para as eleições. Negam-se, portanto, a defender a unidade de base dos trabalhadores para lutar pelo atendimento das reivindicações.

O ato contou com a participação

de reduzido número de trabalhadores porque foi pouco convocado e porque a política da Articulação e das correntes de esquerda que dirigem a Cut não é, de fato, defender os trabalhadores, unificar o funcionalismo em torno das reivindicações.

Vemos ainda que os governos, tanto do PSDB quanto do PT, continuarão com sua política, imposta a todo o funcionalismo público, de contenção de gastos (reajuste zero), de ataque a direitos e conquistas. Uma política expressa, entre outros, por arrocho salarial de mais de dez anos, sucateamento e desmonte do serviço público, com falta de funcioná-

os, péssimas condições de trabalho, terceirização e precarização do trabalho.

Portanto, é necessário organizar a unificação de todo o funcionalismo para combater esses governos e toda a política que aplicam, que nada mais é do que o cumprimento daquela determinada pelo capital internacional, ao qual está associado o incipiente e submisso capital nacional. Para unificar o funcionalismo público é preciso passar por cima dessas direções burocratizadas, organizando comandos eleitos nas assembleias dos trabalhadores em cada setor em luta e agrupando-os em um Comando Nacional do Funcionalismo.

Publicamos aqui a posição da Corrente Proletária Metalúrgica sobre a eleição da Comissão de Fábrica na Volks, realizadas no final de agosto.

Por que votar na Oposição – Chapa 2

Companheiros,

A eleição para a Comissão de Fábrica é um grande acontecimento. Tem grande importância porque a Comissão de Fábrica é um organismo criado pelos trabalhadores para responder aos ataques dos patrões e enfrentar o dia-a-dia da exploração da nossa força de trabalho.

A Comissão de Fábrica permite nossa organização e luta coletivas. Sem a Comissão de Fábrica, ficamos individualizados e sem força para dizer Não aos planos da Volks contra o emprego, o salário e os direitos trabalhistas. Sem a Comissão de Fábrica, não conquistamos liberdade de organização, de pensamento e de manifestação.

Quando se tem a Comissão de Fábrica, verificamos que ali os operários estão organizados e têm condições de responder rapidamente à violência dos exploradores. Não é por acaso que na grande maioria das indústrias ainda a classe operária não está organizada em torno das Comissões de Fábrica.

Nós aqui na Volks somos um exemplo de como conquistar o direito de se organizar no local de trabalho por meio da Comissão de Fábrica.

Está aí por que chamamos todos os companheiros a votarem conscientemente na Oposição (Chapa 2) para se ter uma Comissão de Fábrica independente dos patrões, contrária a pelegada do sindicato comandada por Feijóo/Marinho e que seja um instrumento da vontade coletiva da maioria.

De que Comissão de Fábrica precisamos?

A Comissão de Fábrica que funcionou até agora esteve sob o controle da direção do sindicato. O problema é que a direção do sindicato se apelegou e virou “parceiros” dos patrões. É por isso que o movimento metalúrgico do ABC se enfraqueceu. O resultado desse enfraquecimento está em que a classe patronal nos tem imposto demissão em massa, acordos de redução sala-

rial, aumento da terceirização, eliminação de direitos e piorado as condições de trabalho. Ainda mais: nossas campanhas salariais unificadas desapareceram.

Ao mesmo tempo, não temos a democracia operária. A direção do sindicato é autoritária e persegue todos aqueles que querem formar uma oposição consciente contra a pelegada. Aqui na Volks vimos o quanto os pelegos jogaram com a Comissão de Fábrica para aceitar acordos malditos.

Essa eleição deve varrer a pelegada e eleger companheiros com ideal de luta, que não seja carreirista, que não vendam em troca de algum tempo de estabilidade e de outras esmolas patronais.

Eis a Comissão e Fábrica de que precisamos:

1) Uma Comissão de Fábrica independente frente aos patrões e frente aos pelegos do sindicato. Uma Comissão de Fábrica independente é aquela que faz somente aquilo que os trabalhadores decidirem em assembleia e que esteja totalmente sob o controle do chão de fábrica. Uma Comissão de Fábrica independente é aquela que não faz negociatas nas costas dos trabalhadores. Uma Comissão de Fábrica independente não finge que está defendendo os interesses dos explorados. Uma Comissão de Fábrica independente é formada por operários que não se vendem e têm a moral revolucionária intocável;

2) Uma Comissão de Fábrica que defenda um programa de reivindicações contrárias à exploração do trabalho e à opressão política exercida pelos patrões e governos. Uma Comissão de Fábrica que combata a política de conciliação de classe da direção sindical burocrática e pelega. Uma Comissão de Fábrica que tenha um programa contra as reformas trabalhistas e sindicais, que trazem mais sacrifícios, mais desemprego, mais terceirização e menos salários;

3) Uma Comissão de Fábrica que trabalhe pela união de toda classe operária. Uma Comissão de Fábrica que defenda a realização de assembleias de todos os metalúrgicos para

decidir os grandes problemas que atingem a todos nós. Uma Comissão de Fábrica que se opõe à política corporativista da direção do sindicato pelega, que sacrifica uma parte dos trabalhadores aceitando demissões em nome da proteção aos demais;

4) Uma Comissão de Fábrica que tenha por princípio a democracia operária. Portanto, uma Comissão de Fábrica que defenda o direito de expressão e de organização de todas as correntes políticas que se coloquem no campo de classe dos trabalhadores. Uma Comissão de Fábrica que defenda a soberania das assembleias e o direito de expor as divergências para que os trabalhadores votem segundo sua consciência. Uma comissão de Fábrica contrária a qualquer perseguição patronal àqueles que lutam em favor da libertação da classe operária, fim do capitalismo e defesa do socialismo.

Nós metalúrgicos do Boletim Nossa Classe chamamos a votar na Oposição (Chapa 2), defendendo esses pontos de princípios e de luta.

Defesa do emprego e do salário

A situação do emprego e dos salários tem melhorado ou piorado? É claro que piorado, não só para os metalúrgicos mas para todos os trabalhadores. Os capitalistas dizem que a economia não vai bem, os juros são altos, os impostos são elevados, são muitos os encargos sociais e que, portanto, as empresas têm lucrado menos. Com esses argumentos, os patrões demitem, rebaixam salários, eliminam direitos trabalhistas, aumentam a exploração pela via da terceirização e da chamada flexibilização do trabalho.

E qual é a resposta da burocracia pelega do sindicato? Tem organizado campanhas contra o desemprego e o arrocho salarial? Tem se mostrado firme e valente diante dos ataques patronais?

O que vemos é o contrário. A pelegada foge da luta, se mostra doce com os patrões e usa a lábia para enganar nós trabalhadores com os mesmos argumentos dos patrões. Os pelegos dizem que é melhor perder pouco do que perder muito, que é melhor o sindicato negociar perdas no presente para no futuro voltar a ganhar, que o sindicato mudou sua função e que agora deve unir o patrão e o empregado diante da crise econômica. É o tal do sindicalismo "propositivo, de resultado, de negociação e cidadão".

Na verdade, toda essa conversa é própria do velho sindicalismo pelego mascarado de moderno. O emprego e o salário devem ser defendidos como parte da defesa de nossa própria vida. A família operária depende do trabalho e do salário. Sem eles, o trabalhador é destruído.

A forma de se defender o emprego e o salário é a organização do movimento operário, que tem como meios de luta as assembleias, as comissões de fábrica, as greves, as manifestações de rua e os comitês de mobilização. É com a unidade na luta que enfrentaremos a crise econômica e rebateremos a exploração do trabalho.

Companheiros, é para isso que queremos eleger uma Comissão de Fábrica classista, independente e de luta

Lutar contra as reformas do governo que atacam a vida dos trabalhadores

É preciso ver que a classe capitalista nos cerca por todos os lados. Por cima, o governo PT/Lula dá continuidade à política econômica de FHC. Para pagar 145 bilhões de reais de juros aos banqueiros, Lula aplica as reformas ditadas pelos organismos imperialistas, como o FMI e o Banco Mundial.

Qual é a essência da reforma da previdência? É a de aumentar o tempo de trabalho, o tempo de contribuição, cobrar dos aposentados e ampliar a fundos de previdência privados. A maioria dos aposentados vive à mingua com um salário mínimo de R\$260,00.

Qual é a essência da reforma sindical? É a de aumentar o poder das burocracias das Centrais sindicais e reduzir a capacidade de luta dos sindicatos.

Qual é a essência da reforma trabalhista? É a de eliminar os direitos adquiridos e colocá-los nas mãos dos pelegos e dos patrões para negociá-los segundo seus interesses.

Qual é a essência da reforma da educação? É a de diminuir a responsabilidade do Estado com o sustento da escola pública e fortalecer o ensino pago.

Qual é a essência da reforma na saúde? É a de favorecer os convênios privados e enfraquecer a saúde pública.

Como se pode ver, o governo que se dizia dos trabalhadores se mostra um governo dos capitalistas nacionais e dos capitalistas estrangeiros (imperialistas).

Por baixo, a classe patronal pressiona as direções sindicais a assinarem acordos malditos que trazem redução salarial, desemprego, terceirização e maior sobrecarga de trabalho. E dos lados, por baixo e por cima, a pelegada usa o nosso sindicato para colaborar com o governo e os patrões.

A Comissão de Fábrica deve combater os planos do governo e dos patrões. Deve dizer Não à política de parceria e colaboração de classe dos pelegos com o patronato.

Salário Mínimo de R\$260,00 é decreto de fome

Nós metalúrgicos ganhamos bem acima de 260 reais. Nem por isso vamos fechar os olhos para o fato do governo decretar a fome para milhões de trabalhadores e aposentados.

O patronato e os governos afirmam que não podem pagar mais do que esse valor. O que quer dizer então que esses milhões de pessoas têm seu destino selado: são crianças, adultos, velhos, mulheres e homens que devem consumir suas vidas na mais absoluta miséria.

Está aí o retrato do sistema capitalista de exploração do trabalho e acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria. É uma sociedade dividida em classes em que a maioria produz a riqueza e minoria se apropria dela.

Em determinados ramos da produção, como por exemplo a indústria automobilística, a classe capitalista paga um salário acima do salário mínimo porque nós operários temos de ser qualificados. Em outros, em que essa exigência não existe, o patronato paga um salário bem baixo, a ponto de haver ramos em que o máximo é o salário mínimo. O mesmo acontece com mi-

lhões que vivem do trabalho informal (bicos).

Ao lado da defesa do salário mínimo real, devemos levantar a bandeira de ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE. Esse critério permite recompor o valor do salário conforme aumente os preços dos produtos consumidos pelos trabalhadores. Subiu a inflação, aumenta-se o salário automaticamente.

Temos de ver essa realidade social, sabendo que todos fazem parte da classe explorada. Temos de ter a consciência de que o capitalismo explora a todos e que deve ser combatido com a unidade da classe operária.

É assim que devemos eleger membros da Comissão de Fábrica que se comprometam a lutar contra o governo e os patrões em defesa de um salário mínimo real, calculado pelas assembléias, segundo as necessidades de uma família de quatro pessoas.

Unir empregados e desempregados em um só movimento

Podemos notar que o operário desempregado é considerado carta fora do baralho. Perde até mesmo vínculo com o sindicato. Ao contrário, lutamos em defesa geral da classe operária.

A união entre empregados e desempregados é que nos dará força para combater as demissões e defender uma jornada de trabalho que garanta emprego e salário a todo trabalhador. É preciso constituir um movimento permanente contra a destruição de postos de trabalho e pelo emprego.

A reivindicação que melhor responde ao emprego a todos é a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO. Com esse mecanismo, é possível dividir as horas nacionais de trabalho entre todos os que estão aptos a trabalhar, de forma que se obtenha uma jornada de acordo com o emprego a todos e não uma

Nós e Trotsky

No dia 20 de agosto, recordamos o assassinato de Trotsky em Coyocán (México) por um agente do estalinismo.

Novamente, comprovamos que o vazio deixado por um quadro de tantas qualidades, que constituiu um capital indiscutível para todo o movimento revolucionário internacional, dificilmente é preenchido e, para isso, são necessários muitos anos para se forjar e se iram temperando os quadros revolucionários. Diremos de passagem que isso explica por que o partido é o programa, uma organização e uma tradição.

Trotsky morreu na trincheira, combatendo sem trégua a burocracia contra-revolucionária que, expressando os interesses das forças reacionárias de dentro e de fora da URSS, seguiu o caminho de retirar do poder a classe operária e assim servir melhor aos seus inimigos.

O momento em que Trotsky aparece em toda sua fortaleza foi quando compreendeu que a arremetida vitoriosa da contra-revolução nacional e internacional não permite que o revolucionário permaneça no poder, se acomode às circunstâncias negativas, abaixe a cabeça e abandone as fileiras da revolução, abrigando a vã esperança de que, desde o seio do próprio poder, o curso da história poderá ser retificado graças a seu gênio e a suas qualidades pessoais. Muitos marxistas, em circunstâncias similares, abandonaram o método do materialismo histórico para se colocarem no campo do subjetivismo, do voluntarismo. Muitos reprovaram Trotsky por ter abandonado

jornada de acordo com a necessidade dos capitalistas explorarem nossa força de trabalho e assim manterem milhões fora da produção.

A escala móvel das horas de trabalho não se aplica apenas em uma ou em outra fábrica. Deve ser aplicada em todo o sistema produtivo. Está aí por que sua defesa exige união de empregados e desempregados.

Nós da Chapa 2 de Oposição lutamos pelo emprego a todos.

Os sem-terra reagem com luta

Temos visto uma tremenda campanha dos latifundiários e de toda a burguesia contra o movimento dos sem-terra. Querem dar a imagem de que são baderneiros, invasores, violentos e criminosos. Pura mentira.

Os camponeses pobres são expulsos de suas terras pelos latifundiários, não encontram emprego nas cidades e passam todo tipo de privação. São trabalhadores arruinados pelo capitalismo. Sua situação pode ser comparada com a dos operários urbanos desempregados.

Devemos denunciar a opressão, os assassinatos, as perseguições e prisões sofridas pelos camponeses. Nossa visão de classe deve ser a de união dos trabalhadores do campo e da cidade.

Exigimos que o governo atenda todas as reivindicações dos sem-terra. Lutamos contra os governos que reprimem o movimento camponês e defendemos a organização de um Tribunal Popular para julgar os crimes contra os pobres do campo.

Como os companheiros podem ver, a política da classe operária é uma política de todos os pobres e oprimidos em luta contra o capitalismo.

o poder quase sem batalha, por não ter querido ou podido capitalizar sua tremenda ascensão sobre a juventude e o exército para se consagrar como o herdeiro de Lênin no poder. Inclusive no aspecto puramente humano, é repudiável que as ambições inconscientes se lançassem para disputar a herança entre os restos do homem que soube se entregar por inteiro – única entrega que conta – à causa revolucionária. A conduta de Trotsky esteve de acordo com sua convicção marxista. Era o orgulho feito homem e deu provas inequívocas de que era consciente de seu valor e de suas atitudes excepcionais, mas a compreensão das leis do desenvolvimento lhe permitiram aprender e acomodar-se e subordinar-se humildemente a elas.

Nas últimas páginas que saíram de sua admirável caneta, relatava que, se pudesse nascer de novo, haveria de voltar a abraçar com carinho a luta revolucionária. Isto foi escrito por quem acreditou que era seu dever revolucionário lutar por décadas contra a burocracia contra-revolucionária, a fim de pôr a salvo a bandeira marxista-bolchevique. Sabia que, ao adotar essa atitude, quando para muitos não existia a mínima possibilidade de vitória, estava lutando pela libertação dos explorados e por tirar a humanidade da vergonha capitalista e humanizar o homem definitivamente na forja do comunismo.

(extraído do Tomo 45 das Obras Completas de Guillermo Lora sobre os 45 anos do assassinato de Trotsky em 1985)

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Nos números 280 e 283, publicamos extratos do texto de Lênin, “O Estado e a Revolução”. A partir do número 284, publicamos extratos do livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”.

14. Necessidade de ampliação dos territórios do imperialismo

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os trusts capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros “possíveis” no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.

15. A disputa pela partilha do mundo

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para

esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, indicamo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina.

16. Relação entre grande e pequeno favorece o grande

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), que está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. etc. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial.

17. Não haverá novas nações imperialistas

Porque é preciso andar depressa: as nações que não se abasteceram correm o

risco de não o estarem nunca e de não tornarem parte na exploração gigantesca do globo, que será um dos fatos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX).

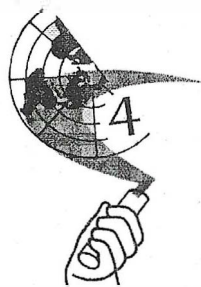
18. Definição do imperialismo

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Mas as definições excessivamente breves, se bem que cómodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenómeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Nesta edição:

- O golpismo imperialista é derrotado na Venezuela
- Resistência no Iraque amplia choques militares contra a ocupação imperialista
- Argentina: Ou governam eles, os que afundam o país na miséria, que entregaram tudo, que roubaram tudo, que alimentam o narcotráfico e o escravidão...
- Bush enfrenta resistência à sua política imperialista e militarista

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O golpismo imperialista é derrotado na Venezuela

A vitória do Não por 58% contra 41% do Sim constituiu numa importante derrota nos planos do imperialismo. A derrota do golpismo não foi esmagadora, a oposição conseguiu ganhar apoio de uma parcela da população, particularmente junto aos setores de classe média. Essa base de apoio será usada pelo imperialismo e seus aliados para pressionar Chavez a compor um acordo em que atenda parte das suas demandas.

O povo pobre foi arrastado pelo nacionalismo burguês de Chávez, que compareceu com a campanha anti-americana, defesa do petróleo e de algumas reformas sociais pontuais. A popularidade do governo foi crescendo, em especial nos bairros pobres, por causa da instituição dos programas sociais, chamados de "Missões", que vão desde alfabetização, distribuição de comida, e

aumento de postos de saúde, que conta com médicos cubanos. Temerosos com a retirada do assistencialismo, os milhões de miseráveis reforçaram a manutenção do Presidente da República. É importante dizer que os investimentos sociais não trouxeram mais empregos nem redução da pobreza. A miséria extrema, nos últimos cinco anos, quase dobrou e chega a 40% da população.

O referendo não fez senão crescerem as ilusões de que o governo Chávez é antiimperialista, que derrotou a ingerência da potência americana no país. As massas externam sentimentos nacionalistas, que foram canalizados nas urnas com o voto no Não.

A derrota da Oposição é circunstancial. O governo Chávez não rompeu com os ditames do imperialismo. Continua pagando a dívida externa e dependendo

das exportações do petróleo aos países imperialistas. A crise econômica e a pressão dos monopólios condicionarão o destino do nacionalismo chavista, que não tem outra saída, nos marcos do capitalismo, senão se transformar em pró-imperialista.

A ausência do Partido Revolucionário, que tem em seu programa o rompimento com o imperialismo por meio da revolução social e a instauração da propriedade coletiva dos meios de produção, é o principal obstáculo para a derrota do intervencionismo econômico das potências e para combater as ilusões nacionalistas. Portanto, a construção do partido operário revolucionário é a principal tarefa do proletariado e das massas oprimidas.

Resistência no Iraque amplia choques militares contra a ocupação imperialista

Continua a resistência do povo iraquiano contra a invasão dos Estados Unidos e aliados. As tentativas de criar um governo fantoche que pudesse desarmar os grupos e milícias populares, por meio da Lei da Pena de Morte, de formação de um exército nacional, a tentativa de julgamento de Saddam Hussein etc. não arrefeceram a disposição de expulsar os invasores.

Os Estados Unidos estão obrigados a intensificar os bombardeios contra cidades inteiras, como Najaf, atingindo civis, que certamente só vem ampliar o ódio antiimperialista.

A resistência está nas mãos dos gru-



pos étnicos e de lideranças religiosas. Não há um partido revolucionário marxista. O sentimento de ódio aos Estados Unidos é canalizado pelo nacionalismo burguês religioso. Logo que uma cidade ou região se levanta e golpeia a ocupa-

ção, lá vem a negociação com a liderança local para conter a ofensiva anti-ocupação e impedir que ela se alastre pelo país. Enquanto a resistência estiver sob a liderança dos chefes tribais, não será possível expulsar o imperialismo.

A saída das massas iraquianas está em construir seu partido revolucionário, empunhar as bandeiras de autodeterminação, travar a luta anti-imperialista armando a população e ganhando a unidade necessária para varrer com a feudal burguesia submissa pela revolução proletária, que permitirá a unidade sem opressão das diversas nacionalidades.

Argentina:

Ou governam eles, os que afundam o país na miséria, que entregaram tudo, que roubaram tudo, que alimentam o narcotráfico e o escravismo... ou governamos os que nunca o fizemos, os que sofremos as conseqüências da decomposição capitalista

Para a burguesia e seus asseclas, o problema principal da nação são os piqueteiros e sua luta, não o desemprego.

O problema para eles é que se bloqueiam ruas e pontes e não se pode "transitar livremente, prejudicando outros cidadãos". Nunca o problema é que há milhões de trabalhadores que permanecem durante anos cronicamente desempregados e não têm por onde circular, porque não têm nem moedas para o ônibus ou o trem.

São eles os que fazem as contas de quantas horas e dias se perdem com as greves e quanto representa em dinheiro, mas são incapazes de calcular quanto se deixa de produzir por ter as fábricas fechadas, ou milhões de trabalhadores parados.

O problema para eles é que os piqueteiros ocupam uma empresa de alimentos multinacional e não que centenas de milhares de crianças não têm o que comer, que milhares morram ou vivam na desnutrição.

O problema para eles é que se escache e denuncie a multinacional Repsol-YPF e que essa imagem transcenda ao mundo e se assustem os investidores e não que essa empresa monopolista tenha roubado os recursos petrolíferos do país, que fixa preços internacionais para produtos que extraem de nosso solo e levam os lucros ao exterior.

Para eles a preocupação é que os piqueteiros cubram suas caras e usem paus. Não é um problema para eles que se filmem os ativistas, se os siga, ameace e façam pagar caro sua militância. Sabem do trabalho dos serviços infiltrando e provocando, conhecem a repressão que custou tantas vidas, o uso de balas de chumbo para reprimir, mas não toleram que os manifestantes se

defendam, ainda que precariamente.

O problema para eles é que se ocupe uma delegacia, se queime um patrulheiro, se destroe uma fachada de outra delegacia etc. etc., nunca o problema é o "gatilho fácil" que cobra a vida de dezenas de meninos nos bairros, nunca o problema são os assassinatos e a corrupção extraordinária da polícia decomposta.

Eles se desesperam quando a vítima da segurança é um deles, "com todo um futuro por vir" e o fazem de bandeira, mas quando as vítimas são dos bairros humildes, aos montes, as escondem, pelo seu "destino".

Eles parecem ser os defensores fundamentalistas das instituições do Estado e sua legalidade. Eles dizem que é preciso aplicar a lei com todo rigor. Que é preciso atuar conforme a lei. Mas não querem que se acabe com o contrabando, com a economia informal, com a evasão de impostos, pedem liberdade para sacar bilhões do país para depositá-los no exterior. Eles pisoteiam todos os dias a Constituição e as leis que eles mesmos ditaram.

Eles fazem pouco dos burocratas sindicais mas são eles que os alimentam e promovem seus negócios e falcatruas. Quando os trabalhadores recuperam suas organizações então passam a ser selvagens inadaptáveis – para eles.

Eles se preocupam com a estabilidade jurídica, que não se "mudem as regras do jogo", que se respeite o que conseguiram nestes anos. De nada lhes importa a estabilidade dos que trabalham, aqueles que lhes arrancaram todos os direitos, violando sua legalidade, pisoteando direitos adquiridos durante décadas.

A eles preocupa que não se desatua-

lizem as tarifas, que se mantenha a rentabilidade dos negócios, enquanto os que vivem do salário, aposentadoria ou de pensões a inflação lhes devorou o que ganham. Fazem a maior gritaria cada vez que se fala de ajustar os ganhos superdesvalorizados dos humildes.

Eles se preocupam com que haja insultos ou maus tratos com o FMI, as multinacionais ou o ianques, porque "precisam deles" e não lhes importa que a relação com eles seja de uma colônia que apenas tem um governo títere que deve executar tudo o que mandam.

Para eles os terroristas são os que enfrentam os invasores do Iraque como podem, nunca os invasores, porque eles – os invasores – vão em nome da civilização e da democracia.

Existem duas Argentinhas. A deles, que são os que têm o poder real, e a nossa, dos despossuídos, esmagados, marginalizados, estafados mil vezes, expropriados pelos poderosos. Ou se governa para uns ou para outros. Não há possibilidade de governar para todos, "para todos os argentinos" como gosta de dizer o Presidente.

Uns estão na ponta da pirâmide social, que se apropriam cada vez mais da riqueza que se produz no país, outros estão na base da pirâmide, milhões que a sustentam mas que não conseguem superar a linha da pobreza.

Uns, bem poucos, são os donos das terras, das fábricas, dos bancos, do petróleo, do gás, da água, dos ventos e de tudo o que produz. Outros, a grande maioria, padecem na fome e miséria e vivem cada vez pior. Em 20 anos se retrocedeu um século nas condições de vida.

O governo peronista de Kirchner

quer aparecer diante do povo oprimido como se enfrentando a eles e eles fazem notar quem tem o verdadeiro poder, onde é que se decide, e quem deve fazer bem seus deveres sem brincar com as massas, porque é um "jogo perigoso".

A realidade é que quem mais tem mais ganha, mais acumula, mais poder tem. Essa minoria, essa ultraminoria aliada ao imperialismo, entrelaçada intimamente com ele, não está disposta a ceder nada o que tenha conquistado e estão dispostos a ir além todavia, até tirar-nos a última gota de sangue.

Essa é a democracia que nos venderam, expressão da ditadura do capital. Não pode ser de outra forma. Nada há que esperar desse regime.

Somente poderá se conhecer uma verdadeira democracia, com efetiva participação popular, quando a nação romper suas cadeias com o imperialismo – com as multinacionais, com o FMI – quando substituirmos a propriedade concentrada em bancos, campos, fábricas, usinas, pela propriedade social. Isso será obra da classe operária no poder, nenhuma outra classe social é capaz de acabar com o regime da propriedade privada e acabar com a opressão imperialista. Essas são as bases indispensáveis para começar a construção de uma nova sociedade. Essa tarefa não se cumpre através do parlamento, ou mediante constituintes. Aqueles que afirmam que esse é o caminho nos enganam.

Para começar a construir uma nova sociedade é preciso colocar abaixo a ditadura dos capitalistas, seu Estado, por meio da revolução social.

Não há nenhum caminho interme-

diário, não há vias pacíficas ou de acumulação progressiva. Não nos deixemos enganar. O poder político, poder econômico, está altamente concentrado e centralizado e devemos acabar com ele. Insistimos, não há como reformá-lo, não há como humanizá-lo.

O movimento piqueteiro é uma criação das massas, nasceu a partir das localidades mais golpeadas pelo desemprego, por obra das privatizações selvagens do menemismo. Nasceu a partir dos operários da indústria do petróleo. É produto do desemprego terrível que em poucos anos deixou milhões de trabalhadores sem trabalho ou em condições por demais precárias.

É o produto da ausência dos sindicatos nessa luta fundamental contra o desemprego. Os sindicatos naturalmente deviam manter os trabalhadores desempregados organizados e lutando de conjunto para recuperar os postos de trabalho.

Os piqueteiros se caracterizam por sua luta contra o desemprego, apelando a métodos de ação direta, bloqueios de ruas, pontes, mobilizações, ocupações etc. Foi a única forma para que o conjunto da sociedade pudesse notar a magnitude do problema. Foi dessa forma que se conseguiram 2 milhões de planos de trabalho, impedir que se fechassem postos de trabalho, bolsas de alimentação, ferramentas etc. É uma proposta de mau gosto sustentar que deviam pedir pacificamente (mandando cartas aos parlamentares?) ou buscar formas de diálogo.

Os métodos dos piqueteiros são usados por outras classes para lutar pelas reivindicações. Os correntistas con-

tra os bancos, os vizinhos diante de um crime de polícia, como aconteceu em Palermo ou em Três Arroyos recentemente.

O movimento piqueteiro se forma com dezenas de milhares de trabalhadores e jovens desempregados que representam milhões que padecem de uma situação semelhante e que não têm nenhuma forma de representação.

O governo, o regime no seu conjunto, trabalha por acabar com o movimento piqueteiro, não por resolver definitivamente o desemprego, e sim para acabar com as lutas daqueles que melhor expressam essa reivindicação.

O movimento piqueteiro expressa a luta para acabar com o regime, para expropriar as multinacionais, acabar com a politicagem podre, independente de suas direções conhecidas não expressarem essa tendência.

Todos os esforços por corromper, desviar e amenizar o movimento não puderam impedir que aconteçam ações cada vez mais massivas e unitárias das organizações piqueteiras, para horror deles, os burgueses, o amo imperialista, e todos os seus seguidores que querem derrotá-lo, por todos os meios.

É hora da vanguarda que atua no movimento piqueteiro discutir quais são as bandeiras que correspondem para unificar as lutas e levá-las à vitória, arrancando definitivamente trabalho para todos e ganhando para a luta os trabalhadores empregados.

(extraído do Masas argentino nº 184, de julho de 2004)

Estados Unidos:

Bush enfrenta resistência à sua política imperialista e militarista

Milhares de manifestantes carregaram caixões de soldados norte-americanos mortos no Iraque. Pediam a retirada das tropas. Embora o protesto tenha se dado no clima de disputa eleitoral dos dois partidos burgueses, Republicano e Democrata, não deixou de expressar o descontentamento da ação imperialista do governo Bush. Indicou que a resistência iraquiana, que tem provocado cerca de mil baixas nas tropas invasoras, repercute sobre o povo, que sofre as consequências da ofensiva militarista dos Estados Unidos, cujo

orçamento militar de 500 bilhões de dólares é descarregado na forma de crescimento da pobreza das camadas mais sacrificadas.

O argumento de que é preciso liquidar o terrorismo a qualquer preço já não tem a mesma aceitação como a que houve logo após o 11 de setembro. A tendência das massas norte-americanas a virem a protagonizar atos antiimperialistas, mesmo que não tenham claramente tal objetivo, devido a ausência do partido revolucionário internacionalista.